

do, onde ali encontraram alguns índios, a concorrência foi ferida, portanto, da forma mais clara, mais lúcida, com aprovação de todas as ordenações legais exigidas. Assim, habilitaram-se não me lembro agora e perdoe-me o Deputado - um bom número de concorrentes, aliás os quatro grupos que V. Exa. mencionou, ou seja, o Grupo Rendani, não com a área que V. Exa. menciona. Permita-me dar a informação exata. 1 milhão de hectares, V. Exa. pode, inclusive, corrigir a informação. Mas, o Grupo INDECO-Integração, Desenvolvimento e Colonização S/A ficou, com 400 mil, o Grupo COLNISA, com 400 mil e o Grupo João Carlos de Souza Meirelles com 200 mil hectares. Eles adquiriram por preços variáveis, nem todos por 50 cruzeiros, alguns 55, outros 60. Não me lembro honestamente. Posso dizer o preço pelo qual o meu grupo comprou, exatamente de 50 cruzeiros. Em seguida, explicarei porque demos o preço mínimo. A concorrência foi julgada publicamente, com a presença da imprensa, da televisão é tudo o mais. Esses grupos tinham obrigação de apresentar um projeto de ocupação e um projeto, inclusive, de investimentos a serem realizados na área, ou seja, o que fariam e com que recursos, enfim, uma pré-qualificação que precedeu à licitação, a fim de indicar a conveniente capacitação técnica, moral e financeira dos grupos. Feita a concorrência, esses grupos passaram a trabalhar nessas áreas. Nunca houve posseiro na região. A evicção dessas terras é de responsabilidade do Governo do Estado de Mato Grosso. Portanto, não é do nosso conhecimento qualquer problema. O Governo responde pela existência de quaisquer títulos ou conflitos eventuais, porque ele vendeu, em concorrência pública. Os grupos ficaram obrigados a fazer uma série de coisas. E, agora, passo a dar uma explicação do que o meu grupo fez. Apareço apenas nominalmente como titular, sendo que apenas o negócio não é meu. Apresentei, pela primeira vez, o Projeto nº 001 do INCRA, pioneiro projeto integrado de ocupação territorial, feito no Brasil, que previa a divisão desses 200 mil hectares de terras em 10 lotes de 20 mil ha., sendo que um desses era o de nº 10, que se destinava à implantação de um projeto de colonização, no centro do qual se criaria uma cidade para dar apoio à atuação integrada de 9 empresas médias, em termos de Amazônia, por assim dizer. O projeto de colonização pretendia fixar exatamente o homem, que fosse conosco trabalhar, nas frentes de ocupação para que não acontecessem os problemas vistos em outras regiões do País, onde trabalhadores desmobilizados das frentes de trabalho não tinham para onde ir e tentavam apenas ser posseiros. Já tínhamos previsto tal fato no projeto de colonização, aprovado pelo INCRA e em execução nessa área do Aripuanã. Tanto assim que as escrituras provisórias e, posteriormente, as definitivas que o Governo de Mato Grosso concedeu aos grupos que conosco participaram da concorrência, ou seja, o depoente neste momento compareceu apenas como líder de um grupo ao qual compareceram outros grupos empresariais, que passo a dar os nomes a V. Exa. para que possa conhecê-los: O Grupo Alcântara Machado, que é o grupo que realiza salões de automóveis e feiras de indústria em São Paulo e organiza as feiras do Itamaraty no exterior; o Grupo Novação, liberado pelo ex-Presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Dr. Alfredo Nagib Rizka

lah; o grupo liberado pela Construtora Moraes Dantas, que, inclusive, construiu parte das obras desta Capital, Brasília; o grupo liderado pelo grupo industrial produtor, dentre outros produtos, da caninha Tatuzinho; e o grupo Jorge Moraes Dantas. Assim, todos esses grupos empresariais participaram, com o João Carlos de Souza Meirelles, que era apenas o titular da concorrência, da execução desse projeto, que está em plena execução nessa área de 200 mil hectares. Todos os lotes de 20 mil hectares estão inteiramente identificados com picadões de 20 metros de largura, sem qualquer posseiro na área. Não existem posseiros, aliás, não existia ninguém. Temos 100 km de estradas internas construídas, sem que tenha chegado a estrada oficial que deveria atender o projeto. Temos pistas de pouso construídas, pastagens e experimentações agrícolas implantadas. Este projeto está inteiramente aberto a quaisquer dos Srs. para verificar o que está sendo construído por lá. Não sei se respondi inteiramente a V. Exa.

O SR. DEPUTADO WALBER GUIMARÃES - Sr. Presidente, lei votada pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso, determina que 80 a 90% da arrecadação da venda desta área seria utilizada para a implantação de um centro político-administrativo. Requeiro a V. Exa. seja oficiado ao Sr. Governador do Estado de Mato Grosso solicitando informações sobre a existência ou não deste centro.

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO ODEMIR FURLAN) - A Presidência informa ao nobre Deputado Walber Guimarães que deve encaminhar o requerimento por escrito, e o faremos chegar ao Governador do Estado de Mato Grosso.

O SR. DEPUTADO WALBER GUIMARÃES - Voltando à outra indagação: em agosto de 1973 o Sr. Ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, anunciou uma nova fase da ocupação da Amazônia, com a implantação de grandes empresas - o pequeno está sempre fora do diálogo com o Governo. Entretanto, foi no Governo Geisel que se instalou definitiva e abertamente um novo esquema de colonização, tendo como objetivo levar mentalidade empresarial ao campo. Ou seja: só se acredita na agricultura em bases empresariais, e V. Sa. confirmou isto. Por outro lado, diz-se impossível transformar todo trabalhador rural em empresário, com o que concordo. Do ponto de vista do setor do bem-estar social, o que acha V. Sa. desta tese? Ou V. Sa. compartilha da opinião dos que acham que a colonização promovida pelo INCRA em função de pequenos proprietários estava errada? É essa a indagação.

O SR. DEPOENTE (João Carlos de Souza Meirelles) - Sr. Presidente, nobre Deputado Walber Guimarães, devo dizer que o modelo de colonização que defendemos é um modelo de colonização integrada. Se tivermos apenas pequenos proprietários, não teremos como utilizar o máximo potencial desse pequeno proprietário. Digo a V. Exa., que é um homem do Paraná, conhece o problema e sabe muito bem que uma vez plantada, por exemplo, uma cultura de arroz, o homem não vai ficar...

O SR. DEPUTADO WALBER GUIMARÃES - Se V. Sa. me permite, é exatamente por ser um homem do Paraná que faço a indagação. A colonização do Paraná foi feita por particulares, em pequenos lotes e hoje V. Sa. afirmou a grandeza da cidade de Londrina, de Maringá e da região. Pergunto: por que o Governo não prestigia também os pequenos proprietários, os

pequenos empresários?

O SR. DEPOENTE (João Carlos de Souza Meirelles)

- Data vênia, nobre Deputado, na colonização do Paraná, da qual tive o privilégio de participar através dos meus pais e pessoalmente também, gostaria de dizer a V.Exa. que realmente o modelo foi o que estamos propondo. Não foram os pequenos que foram na frente, foram os grandes. Naquela época, o grande era um pouco menor do que hoje na Amazônia, onde os investimentos são muito maiores, mas havia uma estrada de ferro, que foi o grande vetor da ocupação do norte do Paraná. Porém, estas grandes propriedades eram de 500 hectares, de 200 alqueires, de 600 hectares e assim por diante. Pequenas áreas em termos gerais, que permitiram a implantação principalmente da atividade cafeeira numa primeira fase e, como decorrência da maravilhosa atividade agrícola a pecuária que o Paraná desenvolve, houve lá uma legítima, racional ocupação, sem qualquer conflito. Os conflitos que constatamos no Estado do Paraná são nas áreas que foram conturbadas por um tipo de ocupação deletéria.

O SR. DEPUTADO WÁLBER GUIMARÃES - Permite uma observação?

O SR. DEPOENTE (João Carlos de Souza Meirelles)

- Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO WÁLBER GUIMARÃES - Há dois dias recebi um jornal do Paraná em que há denúncia de que a colonizadora norte do Paraná está com problema de terras no Município de Assis Chateaubriand. Então, o problema no Paraná ainda existe. Assim, da maneira como V.Sa. está enfocando, não posso concordar em que o Governo proteja o grande empresário, inclusive através da própria Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, no caso, e deixe totalmente à mercê da própria sorte brasileiros que já ocupavam esta área.

V.Sa. inclusive chegou a dizer que eles não têm nem condições de possuir um documento de identidade. Daí a minha es tranheza diante do fato de o Departamento de Terras de Mato Grosso, por exemplo, permanecer fechado e a própria Assembleia conceder alienação de terras e autorização a 4 grandes empresários para implantação. Parece-me, de projetos agropecuários.

O SR. DEPOENTE (João Carlos de Souza Meirelles)

- V. Exa. me permite voltar ao assunto de Mato Grosso? Em seguida, focalizarei o problema do norte do Paraná. As áreas de conflito que existem no Paraná são aquelas onde não foi a iniciativa privada organizada que criou isto. De acordo com este livro, que V.Exas. devem ter, e deveriam todos ter, fica demonstrado que, por exemplo, são na região de atuação da Companhia de Terras do Norte do Paraná - que exerceu uma atividade maravilhosa a partir de 1930, portanto em 45 anos apenas, porque esse relatório vai até 1975 - implantaram-se 47 cidades numa área de 16.800 km². Pelo censo de 1968 já existia lá uma população de 1.250 mil pessoas, sem qualquer conflito de terras, porque a companhia era a proprietária das terras e tinha o objetivo de colocá-las no uso social. Então, este modelo é o da reforma agrária natural a grande empresa e a média empresa vão na frente arcam com os ônus do pioneirismo, abrem as estradas e depois vão fracionando a sua pro-

priedade, como está acontecendo no norte do Paraná, que nós conhecemos bem: Jacarezinho, Cambará, Andirá, Bandeirantes, Co nectocopos, Maringá, Bucarana, e assim em diante, onde aquelas grandes fazendas de café, hoje, já são um grande conjunto de médias e pequenas empresas proprietárias, vivendo maravilhosamente, gerando receitas economicamente viáveis para as suas famílias. Nobre Deputado, com relação a este assunto do Estado de Mato Grosso, desejaria dizer que nenhuma dessas empresas que V.Exa. menciona aí tem qualquer objetivo apenas agropecuários. São, na sua imensa maioria, de colonização, como a empresa - INDECO S.A., que gostaria de convidar todos os senhores a visitar porque é uma das mais fabulosas experiências já realizadas. Vários Deputados desta Casa já tiveram nesta empresa há dois anos, quando para lá levamos os membros da Comissão da Agricultura da Câmara Federal, e o Deputado Sinval Boaventura, que acaba de passar pelo corredor, foi um dos que a visitaram. Gostaria de convidar esta Comissão Parlamentar de Inquérito para visitar não só essa empresa, mas o que quisesse, para que nós, juntos, pudéssemos bem julgá-la. Ela adquiriu 400 mil hectares, já colocou no uso social 100 mil hectares, tendo construído, nobre Deputado, 180 km de rodovia - não é estrada - nos mesmos padrões da Cuiabá-Santarém, ou melhor, em padrões superiores aos da Cuiabá-Santarém. Construiu uma balsa para fazer a travessia do rio Teles Pires. Há 03 a nos esta balsa custou, sem qualquer recurso de financiamento, de incentivos ou do Banco do Brasil, de qualquer natureza, foram recursos próprios do grupo empresarial, 1 milhão de cruzeiros. E, neste momento, na primeira parte dos 400 mil hectares já existem 100 mil hectares colonizados, onde estão sendo plantados os 10 milhões de pés de café, fato que mencionei quando se falou em café. Então, realmente, a colonização dessas terras no uso social tinha por objetivo a colonização, ou seja, entregar à iniciativa privada o ônus da implantação da infra-estrutura, para o que o Governo não tem condições. Somos um País que precisa juntar os recursos públicos do Governo com os da iniciativa privada. Como eu dizia a V.Exas., temos um projeto de colonização e 9 projetos de agropecuária e extrativismo de madeira, com um estudo completo de madeira da área, feito, inclusive, por empresas brasileiras e alemãs, tal a sofisticação do estudo, de tal forma que a ocupação seja de uma colonização realmente integrada em termos de média, de grande e de pequena empresas rurais.

O SR. DEPUTADO WÁLBER GUIMARÃES - Em setembro de 1974 o Governo resolveu retirar 1.200 milhões de Plano de Integração Nacional, 600 milhões do PROTERRA e 700 milhões do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados, para criar o POLAMAZÔNIA, de 4 bilhões, visando ao crescimento de 15 áreas prioritárias de maior potencial. Pergunto: que vantagem ou desvantagem a reformulação desse Plano inicial trouxe para o empresário nacional?

O SR. DEPOENTE (João Carlos de Souza Meirelles)

- A criação do POLAMAZÔNIA, nobre Deputado, segundo nos parece, realmente atendia a uma intenção absolutamente correta. Havia 5 milhões de quilômetros quadrados; nós não temos recursos para a atividade em 5 milhões de quilômetros quadrados, e precisaríamos eleger aqueles polos a partir dos quais